

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS**  
**TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

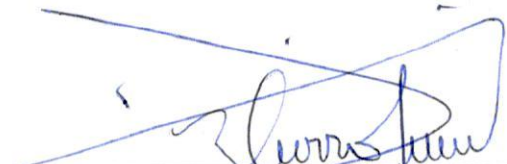
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**  
**70ª Reunião Ordinária**


**ATA Nº 08/2021**

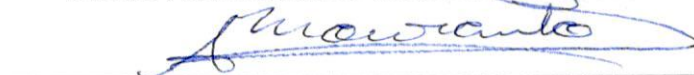
Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2021, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2021, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Rafaela Nicole do Prado. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até o dia 17 de agosto de 2021; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de julho/2021. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatadas perdas em julho no montante R\$ -931.215,69 (-0,72%); considerando que o IPCA foi de (0,96%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (1,43%). Verificou-se retorno negativo de (-0,22%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, por suas vezes, apresentaram performance muito inferior (-2,88%), puxadas pela desvalorização no índice BOVESPA; as aplicações no exterior apresentaram performance muito superior (6,75%). Com o resultado negativo no mês, a rentabilidade obtida no ano (1,02%) é insuficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (8,00 %). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. Tivemos uma agenda econômica e política bem movimentada na última semana em âmbito nacional, que acabou pesando negativamente nos mercados, onde o Ibovespa acabou recuando 1,31% no fechamento da semana. Nos principais destaques da semana, temos a divulgação do IPCA de julho, pelo IBGE, que alcançou 0,96% no mês, sendo o maior valor para um mês de julho desde 2002, acumulando alta de aproximadamente 9% no ano, puxado principalmente pela energia elétrica e pelos combustíveis. Seguindo essa linha de inflação acelerada, tivemos a divulgação da Ata do COPOM, que reforçou o compromisso em trazer a inflação para o centro da meta em 2022, trabalhando com os juros acima dos patamares neutros. No front político, reforçando as discussões em relação ao quadro fiscal, que segue se mostrando desafiador, digno de espantar os investidores dos ativos de risco, tivemos a PEC dos precatórios. A PEC que trata sobre o parcelamento da dívida mais longa em 10 anos, eleva a tensão dos mercados em relação ao teto do orçamento, que sem o parcelamento não comporta os R\$ 90 bilhões destinados para a causa. Fato que também impossibilita o Auxílio Brasil, que foi apresentado na semana, mas ainda não foi melhor detalhado. No mercado internacional, tivemos a inflação como tema mais discutido na semana, principalmente nos Estados Unidos, onde houve a divulgação do índice de preços ao consumidor, que veio abaixo do esperado, e o índice de preço do produtor, que veio acima do esperado, alimentando ainda mais as discussões em relação a inflação e a condução da política monetária. Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a projeção subiu, de 6,88% para 7,05% em 2021. Para 2022, a previsão para o IPCA também subiu, de 3,84% para 3,90%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,25%. Para 2024, as projeções ficaram em 3,00%. A projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) caiu de 5,30% para 5,28% em 2021, após longas semanas de alta. Para 2022, a estimativa saiu de 2,05% para 2,04%. Para 2023 e 2024, as projeções ficaram em 2,50%. Para a taxa de câmbio, a estimativa foi mantida em R\$5,10 em 2021. Para 2022, o valor ficou em R\$ 5,20. Para 2023, a projeção saiu de R\$5,00 para R\$5,05. No ano seguinte, o valor

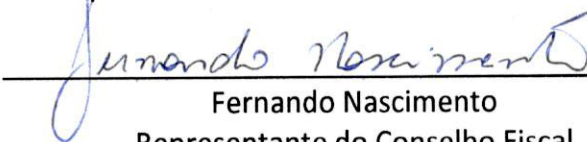
também ficou em R\$5,00. Para a taxa Selic, os analistas elevaram de 7,25% para 7,50% em 2021. Para 2022, a taxa ficou também em 7,50%. No ano seguinte, a projeção foi mantida em 6,50% e também para 2024. Um ponto de atenção é em relação a crise hídrica que passamos, principalmente devido a sua contribuição para a aceleração da inflação, devido a sazonalidade do período. As expectativas positivas em relação ao Brasil, passam por um processo de imunização mais eficiente. Teremos agora que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos *Crédito & Mercado* recomenda a adoção das seguintes estratégias: *mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional - Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em 5%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuírem porcentagem inferior a 5%, recomendamos a não movimentação no segmento. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão.* À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP; 2) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em renda variável, no fundo de investimentos BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES; 3) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP; 4) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no fundo de investimentos ITAÚ PRIVATE S&P500 BRL FIC MULTIMERCADO e, 5) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 10:18h, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Rafaela Nicole do Prado, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.




  
\_\_\_\_\_  
Dirceu Garcia de Oliveira Junior  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Clécio Abrahão Ataíde  
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV

  
\_\_\_\_\_  
Fabricio de Moura Santos  
Representante do Conselho de Administração

  
\_\_\_\_\_  
Fernando Nascimento  
Representante do Conselho Fiscal

  
\_\_\_\_\_  
Rafaela Nicole do Prado  
Representante dos Servidores Públicos Municipais

---